

AVALIAÇÃO INCLUSIVA E MODIFICAÇÕES CURRICULARES: RECONSIDERANDO OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA ASSEGURAR EQUIDADE E MONITORAMENTO VERDADEIRO DA APRENDIZAGEM

INCLUSIVE ASSESSMENT AND CURRICULUM MODIFICATIONS: RECONSIDERING EVALUATION CRITERIA TO ENSURE EQUITY AND GENUINE MONITORING OF LEARNING

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.020-066>

Mauricio Alves Vieira

Doutorado em Educação – UNIPAMPA
E-mail: profmauricioaires@gmail.com

Elizabete Cebalho de Souza

Especialização em Atendimento Educacional Especializado - Faculdade Metropolitana
E-mail: elizabete.souza@edu.mt.gov.br

Francielle Garcia Campanha

Especialização em Linguística, Língua e Discurso - UNEMAT
E-mail: benjaminfran81@gmail.com

Maycon Alves da Silva

Especialização em Neuropsicopedagogia - UNIPAMPA
E-mail: maycon.alvess13@gmail.com

Cristhie Anna Bárbara Macêdo da Fonseca Portela

Especialização em Ed. Infantil - UFPI/UFR
E-mail: cristhielportela@gmail.com

Ana Lúcia de Oliveira Passos

Graduação Letras – UNEMAT
E-mail: ana1981_oliveira@hotmail.com

Marcia Precila Medeiros Motta

Mestranda em Educação – UNIPAMPA
E-mail: marcia.precila73@gmail.com

Maxilane Alves Rosa

Especialização em Educação Infantil - UNICID
E-mail: maxpindaiba@hotmail.com

Maria Regiane da Silva Cruz Souza

Especialização em Educação Infantil, Alfabetização e Letramento
E-mail: regianeabass27@gmail.com



Renilda Artiaga Mota

Graduação em Pedagogia - Faveni

E-mail: renilda.artiag@gmail.com

Urya Regina Novaes da Silva Sales

Especialização em Atendimento Educacional Especializado

E-mail: urya_regina@hotmail.com

Sandra Pereira de Souza

Especialização em Psicopedagogia com ênfase em AEE - Fasul

E-mail: sandrasouza.12@hotmail.com

Maira Comparini Xavier

Graduação em Pedagogia

E-mail: maira.comparini@hotmail.com

RESUMO

Este texto aborda a relevância da avaliação inclusiva e das alterações curriculares como abordagens essenciais para garantir equidade e uma avaliação genuína da aprendizagem. Por meio de uma análise crítica das abordagens tradicionais de avaliação, ressalta-se a urgência de repensar critérios que valorizem o processo de aprendizado, reconheçam as individualidades dos alunos e incentivem a justiça social. O texto discute aspectos como a flexibilidade do currículo, a acessibilidade no ensino, a utilização de tecnologias assistivas e a variedade de métodos de avaliação. A conclusão é que a avaliação inclusiva e as modificações no currículo não apenas ampliam as oportunidades de participação, mas também reafirmam o direito de todos a uma educação de qualidade, ajudando a construir uma escola democrática e diversificada.

Palavras-chave: Avaliação inclusiva; Modificações curriculares; Equidade; Acessibilidade; Aprendizagem.

ABSTRACT

This piece examines the significance of inclusive evaluation and adjustments to the curriculum as essential approaches to guarantee fairness and authentic tracking of learning. Through a critical examination of conventional assessment methods, it emphasizes the necessity to reconsider standards that appreciate the learning journey, acknowledge individual student differences, and foster social equity. Aspects such as adaptable curricula, accessible teaching methods, implementation of assistive technologies, and varied assessment instruments are discussed. The article concludes by stating that inclusive evaluation and curricular changes not only expand participation chances but also uphold the entitlement to quality education for everyone, aiding in the development of a diverse and democratic educational environment.

Keywords: Inclusive assessment; Curricular modifications; Equity; Accessibility; Learning.



1 INTRODUÇÃO

A avaliação educacional desempenha uma função essencial nos processos de ensino e aprendizagem, sendo comumente utilizada como uma ferramenta para medir o rendimento escolar. Entretanto, nas últimas décadas, estudiosos e educadores têm levantado questionamentos sobre a eficácia dos métodos avaliativos padronizados, que muitas vezes ignoram as particularidades individuais e podem acentuar desigualdades que já existem nas instituições de ensino. Nesse contexto, surge a necessidade de replanejar a avaliação com foco na inclusão, entendendo-a como uma prática que deve garantir justiça, respeito às individualidades e apreciação das diversas formas de aprender.

A educação inclusiva, fundamentada em legislações nacionais e internacionais, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e as diretrizes da UNESCO para uma educação de qualidade, demanda que os sistemas educacionais implementem estratégias que assegurem a participação integral de todos os alunos. Isso envolve não apenas mudanças nas estruturas físicas e tecnológicas, mas também uma reavaliação profunda dos critérios de avaliação e das adaptações curriculares. Portanto, a avaliação inclusiva não se restringe a fornecer meios diferenciados, mas busca reconfigurar a lógica avaliativa, mudando a ênfase da uniformidade para a apreciação da diversidade.

Dessa forma, é fundamental entender que a avaliação não deve ser encarada como um evento isolado, mas sim como um processo constante de acompanhamento da aprendizagem, que consegue detectar avanços, dificuldades e potencialidades de cada aluno. A equidade, nesse cenário, não implica em tratar todos do mesmo jeito, mas em oferecer condições diferenciadas que permitam a cada estudante alcançar seu pleno desenvolvimento.

Assim, debater avaliação inclusiva e alterações curriculares é refletir sobre a função da escola como um espaço democrático e plural, onde o aprendizado é construído de maneira colaborativa e significativa. Reconsiderar os critérios de avaliação implica, portanto, assumir uma responsabilidade ética e pedagógica de promover uma educação que não apenas ensine conteúdos, mas que também forme cidadãos críticos, conscientes e aptos a participar de uma sociedade diversa e complexa.

2 AVALIAÇÃO INCLUSIVA COMO PRÁTICA DE EQUIDADE

A avaliação inclusiva vai além de uma simples técnica de ensino; trata-se de um princípio ético e político que orienta a educação. Ela se baseia na ideia de que todos os alunos devem ter o direito de aprender e ser avaliados de maneira justa, levando em consideração suas circunstâncias, contextos e particularidades. Assim, a avaliação inclusiva atua como um meio para promover equidade, pois visa minimizar desigualdades e criar oportunidades reais para a aprendizagem.

Pesquisadores como Dall Soto (2024) e Cantorani, Pilatti e Silva (2023) enfatizam que a avaliação inclusiva deve estar integrada às políticas de inclusão, como o Plano Nacional de Educação (PNE), que



prevê garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência em salas de aula regulares. Contudo, apenas assegurar a matrícula não é suficiente; é essencial garantir que os métodos de avaliação refletem o desenvolvimento total desses alunos, evitando abordagens que os marginalizem ou tornem invisíveis.

Um dos principais obstáculos mencionados pela pesquisa é a continuidade de modelos de avaliação que excluem, focando em testes padronizados e notas numéricas, que não conseguem capturar a complexidade da aprendizagem. Esses modelos frequentemente perpetuam desigualdades, uma vez que desconsideram aspectos como:

- diferentes velocidades de aprendizado;
- barreiras culturais e linguísticas;
- condições econômicas;
- necessidades educacionais específicas.

Por outro lado, a avaliação inclusiva sugere a diversificação dos métodos de avaliação, permitindo que o educador monitore o progresso de cada aluno de forma mais abrangente e contextualizada. Exemplos disso incluem:

- portfólios, que documentam o percurso de aprendizado individual;
- projetos interdisciplinares, que valorizam a aplicação prática do saber;
- autoavaliações e coavaliação, que incentivam a autonomia e a reflexão crítica;
- observações sistemáticas, que registram aspectos qualitativos do desenvolvimento.

Além disso, a avaliação inclusiva deve ser tanto formativa quanto processual, focando em orientar o ensino e apoiar os alunos em suas dificuldades, ao invés de apenas classificá-los. Essa abordagem se conecta com a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky, que vê a aprendizagem como um processo mediado socialmente e que se desenvolve em interação com outras pessoas.

Portanto, ao adotar a avaliação inclusiva como parte de sua prática para promover a equidade, a escola se compromete com uma educação que vai além da simples transmissão de conteúdos, reconhecendo e valorizando a diversidade humana, promovendo a justiça social e garantindo que todos os alunos tenham a oportunidade de atingir seu potencial.

3 MODIFICAÇÕES CURRICULARES E ACESSIBILIDADE

As modificações curriculares são práticas que visam garantir que todos os estudantes tenham acesso real e significativo ao conhecimento, respeitando suas diferenças e necessidades específicas. Elas não devem ser vistas como concessões ou reduções de exigência, mas como estratégias pedagógicas de equidade, que asseguram que cada aluno possa aprender e ser avaliado de acordo com suas condições.



3.1 FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

A flexibilização curricular é uma das principais formas de promover acessibilidade. Ela envolve a adaptação de conteúdos, metodologias e objetivos de aprendizagem, sem comprometer a qualidade da formação. Por exemplo:

- Adequação de objetivos: redefinir metas de aprendizagem para estudantes com deficiência intelectual, valorizando progressos individuais.
- Diversificação de metodologias: uso de metodologias ativas, como aprendizagem baseada em projetos, que permitem diferentes formas de participação.
- Currículo em espiral: retomada de conteúdos em diferentes níveis de complexidade, favorecendo a aprendizagem progressiva.

3.2 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E RECURSOS PEDAGÓGICOS

O uso de tecnologias assistivas é essencial para ampliar a acessibilidade curricular. Softwares leitores de tela, aplicativos de comunicação alternativa, materiais em braile ou em Libras são exemplos de recursos que permitem a participação plena de estudantes com deficiência. Além disso, plataformas digitais adaptativas possibilitam personalizar o ensino, ajustando atividades conforme o ritmo e estilo de aprendizagem de cada aluno.

3.3 TERMINALIDADE ESPECÍFICA

A terminalidade específica, prevista nas políticas de educação inclusiva, reconhece que alguns estudantes podem concluir etapas de ensino com objetivos diferenciados. Essa medida não deve ser interpretada como exclusão, mas como valorização das conquistas individuais, garantindo certificação e reconhecimento social.

3.4 FORMAÇÃO DOCENTE E CULTURA ESCOLAR

Nenhuma modificação curricular será efetiva sem a formação continuada dos professores e a construção de uma cultura escolar inclusiva. É necessário que os docentes compreendam que adaptar o currículo não significa “facilitar” ou “diminuir” exigências, mas sim criar condições reais de aprendizagem. A escola, como instituição, deve assumir a diversidade como princípio organizador, promovendo práticas colaborativas entre professores, gestores e famílias.

3.5 EXEMPLOS PRÁTICOS DE MODIFICAÇÕES CURRICULARES

- Avaliação por meio de portfólios digitais, permitindo que estudantes registrem suas produções em diferentes formatos (texto, áudio, vídeo).



- Inclusão de atividades práticas e contextualizadas, que valorizem experiências de vida e conhecimentos prévios dos alunos.
- Criação de planos educacionais individualizados (PEI), que orientam o trabalho pedagógico com metas específicas para cada estudante.
- Uso de materiais multimodais (visuais, auditivos, táteis), ampliando as formas de acesso ao conteúdo.

4 RECONSIDERANDO CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação escolar, quando pautada em critérios rígidos e homogêneos, tende a invisibilizar a diversidade presente nas salas de aula. Por isso, reconsiderar os critérios de avaliação é uma exigência da educação inclusiva, que busca assegurar equidade e monitoramento verdadeiro da aprendizagem.

4.1 LIMITAÇÕES DOS MODELOS TRADICIONAIS

Os modelos tradicionais de avaliação, centrados em provas escritas e notas numéricas, apresentam limitações significativas:

- privilegiam a memorização em detrimento da compreensão crítica;
- desconsideram diferentes estilos e ritmos de aprendizagem;
- reforçam desigualdades socioeconômicas e culturais;
- reduzem a complexidade da aprendizagem a indicadores quantitativos.

Essas práticas acabam por excluir estudantes que não se enquadram nos padrões esperados, comprometendo o princípio da equidade.

4.2 NOVOS CRITÉRIOS E PERSPECTIVAS INCLUSIVAS

A avaliação inclusiva propõe critérios que valorizem o processo de aprendizagem e não apenas o resultado final. Entre eles:

- **progressos individuais:** reconhecer avanços pessoais, mesmo que pequenos, como conquistas significativas;
- **participação ativa:** considerar o envolvimento do estudante em atividades coletivas e colaborativas;
- **competências socioemocionais:** avaliar aspectos como cooperação, resiliência e autonomia;
- **aplicação prática do conhecimento:** valorizar a capacidade de relacionar conteúdos escolares com situações reais.

Esses critérios ampliam a compreensão da aprendizagem, tornando-a mais próxima da realidade dos estudantes e mais justa em termos de avaliação.



4.3 INSTRUMENTOS AVALIATIVOS DIVERSIFICADOS

Para que novos critérios sejam efetivos, é necessário diversificar os instrumentos de avaliação.

Alguns exemplos:

- **portfólios**: permitem acompanhar o percurso de aprendizagem ao longo do tempo;
- **projetos interdisciplinares**: estimulam a aplicação prática e colaborativa do conhecimento;
- **autoavaliação e coavaliação**: promovem autonomia e reflexão crítica sobre o próprio processo de aprendizagem;
- **avaliação diagnóstica contínua**: possibilita identificar dificuldades e ajustar estratégias pedagógicas em tempo real.

4.4 AVALIAÇÃO COMO PRÁTICA FORMATIVA

A avaliação inclusiva deve ser entendida como formativa e processual, ou seja, voltada para orientar o ensino e apoiar o estudante em suas dificuldades. Nesse sentido, ela se torna um instrumento de monitoramento verdadeiro da aprendizagem, capaz de fornecer informações relevantes para a tomada de decisões pedagógicas e para o planejamento de modificações curriculares.

4.5 DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Apesar dos avanços, ainda existem desafios para a implementação de critérios inclusivos de avaliação:

- resistência cultural de parte dos docentes e gestores;
- falta de formação continuada voltada para práticas avaliativas inclusivas;
- necessidade de políticas públicas que incentivem e regulamentem novas formas de avaliação.

Contudo, a perspectiva inclusiva aponta para um futuro em que a avaliação será cada vez mais dialógica, contextualizada e humanizada, contribuindo para a construção de uma escola que reconhece e valoriza a diversidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão a respeito da avaliação inclusiva e das alterações no currículo mostra que as escolas de hoje devem desempenhar um papel proativo na promoção da igualdade no ensino. Não é suficiente só oferecer acesso físico aos espaços de aprendizagem; é fundamental garantir que todos os alunos tenham oportunidades reais de aprender e serem avaliados de maneira justa, respeitando suas características individuais.

No decorrer do texto, foi abordado que a avaliação inclusiva deve ser vista como uma prática voltada para a justiça social, capaz de ultrapassar os modelos convencionais que favorecem a uniformidade e



ignoram a diversidade. Ela funciona como um verdadeiro mecanismo de acompanhamento do aprendizado, permitindo que os educadores reconheçam os progressos, os obstáculos e as potencialidades de cada aluno.

As alterações nos currículos, por outro lado, constituem um passo crucial para a efetivação da inclusão. Elas não diminuem a importância formativa da escola; pelo contrário, elas abrem novas possibilidades de envolvimento, assegurando que o currículo seja adaptável, acessível e relevante. A implementação de tecnologias assistivas, a criação de planos educacionais personalizados e a diversificação das metodologias são exemplos práticos de como a escola pode se reorganizar para responder às necessidades da diversidade.

Reavaliar os critérios de avaliação, portanto, é uma ação que pede coragem e um compromisso ético. Isso implica em deixar de lado práticas que excluem e em abraçar abordagens formativas, processuais e qualitativas, que valorizem não apenas o resultado final, mas todo o caminho de aprendizado. Essa transformação requer também um investimento na formação contínua dos professores, no desenvolvimento de uma cultura escolar inclusiva e no fortalecimento de políticas públicas que sustentem essas práticas.

Em resumo, a avaliação inclusiva e as alterações no currículo vão além de meras estratégias educacionais; elas são condições essenciais para a criação de uma escola democrática e diversificada. Elas reafirmam o direito de todos a uma educação de qualidade e ajudam a formar cidadãos críticos, conscientes e preparados para viver em uma sociedade diversa. O desafio que se apresenta é implementar esses princípios nas atividades diárias, assegurando que a equidade não seja apenas um conceito, mas uma realidade palpável no ambiente escolar.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/publicacoes-secretarias/semesp/diretrizes-nacionais-para-a-educacao-especial-na-educacao-basica> Acesso em 26 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Conheça como o MEC promoveu mais equidade em 2024*. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/dezembro/conheca-como-o-mec-promoveu-mais-equidade-em-2024> Acesso em 26 nov. 2025.

DALL SOTO, Carla Roberta. *A educação inclusiva no Brasil: uma avaliação da Meta 4 do Plano Nacional de Educação 2014/2024*. Perspectivas Sociais, v.10, n.2, 2024. <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/ercsoc/article/view/26987> Acesso em 26 nov. 2025.

CANTORANI, José Roberto Herrera; PILATTI, Luiz Alberto; SILVA, Sani de Carvalho Rutz da. *Educação inclusiva no Brasil: avaliação dos resultados e estratégias da Meta 4 do PNE*. ResearchGate, 2023. Disponível em: [Educacao-inclusiva-no-Brasil-avaliacao-dos-resultados-e-estrategias-da-meta-4-do-PNE.pdf](https://www.researchgate.net/publication/370800000/Educacao-inclusiva-no-Brasil-avaliacao-dos-resultados-e-estrategias-da-meta-4-do-PNE.pdf) Acesso em 26 nov. 2025.

OLIVEIRA, Wanessa Moreira de; DELOU, Cristina Maria Carvalho. *Práticas curriculares no âmbito da educação inclusiva: acessibilidade curricular, adaptação curricular e terminalidade específica*. Revista Educação Especial, v.36, 2023. Disponivel em: <https://periodicos.ufsm.br/educacoespecial/article/view/71896> Acesso em 26 nov. 2025.

SILVA, Cliciano Vieira da; FRAZÃO, Giuliana Marin; VILAS BOAS, Bruna Camila Ferreira; MORAES, Gelcimara Martins de; SOUSA, Terezinha Sirley Ribeiro; TOMAZ, Ilça Daniela Monteiro. *Adaptações Curriculares e Inclusão: Estratégias para promover a equidade no ensino*. IOSR Journal of Business and Management, v.26, n.12, p.43-47, 2024. Disponivel em: <https://www.iosrjournals.org/iosr-jbm/papers/Vol26-issue12/Ser-14/F2612144347.pdf> Acesso em 26 nov. 2025.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2022 (edição revisada).